



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2021

Edição nº 8

Informativo Criminal



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

- 1** Novidades Legislativas
- 2** Tribunais Superiores
- 3** Conselhos Nacionais
- 4** Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso e de Outros Ministérios Públicos
- 5** Atuação do Tribunal de Justiça de Estado de Mato Grosso e de Outros Tribunais de Justiça
- 6** Informativos
- 7** Artigos e Publicações
- 8** Cursos e Eventos

EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente – Promotora de Justiça e Coordenadora

Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso – Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta

Arivaldo Guimarães da Costa Junior – Promotor de Justiça e Colaborador do CAO

Natacha de Souza Ayes – Assistente Ministerial

Amanda Freire de Amorim – Auxiliar Ministerial

Patrycia Metelo Vecchiato – Auxiliar Ministerial



Novidades Legislativas



Lei que protege vítimas de estupro em julgamento entra em vigor.

[Clique aqui](#)

- Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer)



Comissão aprova projeto que prevê instalações adequadas de saúde no sistema prisional. [Clique aqui](#)

- PL nº 2.574/2007



Projeto prevê doação de computadores apreendidos ou abandonados para alunos carentes. [Clique aqui](#)

- PLP nº 95/2021



Comissão aprova criação de cadastro de condenados por pedofilia.

[Clique aqui](#)

- PL nº 1.490/2019



CCJ aprova projeto que permite depoimento antecipado das vítimas de crimes sexuais. [Clique aqui](#)

- PL nº 3.290/2020



Aprovada urgência para projeto que criminaliza furto de sinais de telefonia e TV por assinatura. [Clique aqui](#)

- PL nº 239/2007



Tribunais Superiores

Supremo Tribunal Federal

-  Injúria racial é crime imprescritível, decide STF. [Clique aqui](#)
-  STF firma tese sobre constitucionalidade de pena mínima de multa para crime de tráfico de drogas. [Clique aqui](#)
-  PGR contesta lei estadual que permite venda de armas de órgãos de segurança a seus agentes. [Clique aqui](#)
-  Ministro Gilmar Mendes determina soltura de condenado apenas com base em reconhecimento fotográfico. [Clique aqui](#)
-  1ª Turma do STF firma entendimento a respeito de extradição após Pacote Anticrime. [Clique aqui](#)
-  PSB questiona supressão de indicadores de feminicídios e letalidade policial do Plano Nacional de Segurança Pública. [Clique aqui](#)
-  Supremo nega pedido contra transferência de presos perigosos para penitenciária de Brasília. [Clique aqui](#)
-  Supremo disponibiliza obra temática sobre instituto da colaboração premiada. [Clique aqui](#)



Tribunais Superiores

Superior Tribunal de Justiça



Miseráveis podem ter punibilidade extinta sem pagar pena de multa, diz STJ. [Clique aqui](#)



Ministros da Sexta Turma citam excesso de habeas corpus e necessidade de priorizar os que afetam a liberdade. [Clique aqui](#)



Sexta Turma relaxa prisão de réu que aguarda julgamento há mais de quatro anos. [Clique aqui](#)



Lei Anticorrupção e Sistema Compliance são temas do novo episódio de Entender Direito. [Clique aqui](#)



Período de livramento condicional deve ser computado no cálculo de extinção da pena. [Clique aqui](#)



Condenação passada a limpo: a revisão criminal e a jurisprudência do STJ. [Clique aqui](#)



Presidida pelo ministro Benedito Gonçalves, comissão de combate ao racismo apresenta parecer preliminar. [Clique aqui](#)



Embaraçar investigação de organização criminosa é crime material e pode ocorrer no inquérito ou na ação. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

Conselho Nacional do Ministério Público



Aprovada proposta que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às vítimas. [Clique aqui](#)



Corregedoria Nacional do MP lança Manual de Atuação para Membros do Ministério Público em Crimes Violentos Letais Intencionais. [Clique aqui](#)



CNMP e Polícia Rodoviária Federal assinam acordo para a cooperação em segurança pública. [Clique aqui](#)



Delegado da Polícia Civil de Goiás aborda a relação entre criptoativos e criminalidade. [Clique aqui](#)



Ouvidor nacional do Ministério Público apresenta propostas de enfrentamento da violência contra a mulher. [Clique aqui](#)



Comissão do Sistema Prisional do CNMP visita MP/MG para conhecer boas práticas em segurança pública. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

Conselho Nacional de Justiça



Implantação de Central Integrada de Alternativas Penais é debatida no Acre. [Clique aqui](#)



Workshop sobre sistema penitenciário federal termina com 12 novos enunciados. [Clique aqui](#)



Supremo divulga participantes da audiência pública sobre juiz das garantias. [Clique aqui](#)



PE: Judiciário oficializa participação em grupo de alternativas penais. [Clique aqui](#)



TJMT reforça integração para efetivar redes contra violência doméstica. [Clique aqui](#)



TJMA instala 3ª Vara Criminal e Central de Mandados em Timon - [Clique aqui.](#)



4

Atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Ministério Público do Estado de Mato Grosso



Projeto começa a ser executado na penitenciária feminina da Capital



[Clique aqui](#)

Vinte e seis reeducandas da Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto "May", em Cuiabá, começaram nesta quinta-feira (11) a participar do projeto "Reconstruindo Sonhos", desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com o Poder Judiciário, Governo do Estado, Defensoria Pública, Instituto Ação Pela Paz e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Seccional MT). A iniciativa oferece às participantes a possibilidade de ampliação da compreensão do sentido da vida e de se qualificar profissionalmente.

Na abertura dos trabalhos, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal, promotora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, destacou que o projeto foi construído com muito amor e com a participação de várias instituições.



Projeto Reconstruindo Sonhos começa no CRC

Nesta quarta-feira (24), às 14h, ocorreu a abertura das atividades do projeto Reconstruindo Sonhos no Centro de Ressocialização de Cuiabá, o antigo Carumbé. Vinte reeducandos deverão ser contemplados com a iniciativa. O objetivo do projeto é oferecer aos participantes a possibilidade de ampliação da compreensão do sentido da vida e de se qualificar profissionalmente.

Desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com o Poder Judiciário, Governo do Estado, Defensoria Pública, Instituto Ação Pela Paz e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Seccional MT), o projeto Reconstruindo Sonhos também está sendo realizado na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto "May". A iniciativa está em fase de implementação no município de Colniza e no próximo semestre deve iniciar na Penitenciária Central do Estado (PCE) e nas cadeias públicas de Comodoro e de Colíder.

[Clique aqui](#)



Ministério Público do Estado de Mato Grosso



Agentes de segurança são capacitados em atendimento humanizado. [Clique aqui](#)



Recém-lançado, projeto já tem a adesão de 10 Promotorias de Justiça. [Clique aqui](#)



Feminicida é condenado a 32 anos de reclusão pela morte de companheira. [Clique aqui](#)



Réus são condenados por homicídios tentados de três policiais civis. [Clique aqui](#)



Membros do MPMT manifestam-se contrários ao “Narcocídio”. [Clique aqui](#)





Atuação de Outros Ministérios Públicos

Ministério Público do Estado do Acre



Observatório de Análise Criminal do MPAC aponta redução de mortes violentas no AC. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Alagoas



Após atuação do MPAL, município de Batalha tem primeira condenação por feminicídio. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amapá



Combate ao tráfico de drogas: MP-AP participa da Operação Viking. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amazonas



MPAM e PRF firmam Acordo de Cooperação Técnica fortalecendo a Segurança Pública do AM. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Bahia



Webinário discute Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). [Clique aqui](#)





Ministério Público do Ceará



MPCE recomenda que reconhecimento fotográfico de suspeitos siga o que determina o Código de Processo Penal. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Distrito Federal e Territórios



MPDF recomenda implantação de ponto eletrônico no sistema prisional. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Espírito Santo



Ouvidoria das Mulheres do MPES oferece atendimento humanizado para vítimas de violência. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Goiás



Operação Fator R: MPGO Denuncia 14 pessoas pelo crime de integrar organização criminosa. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Maranhão



Membros do MPMA visitam MPMS e conhecem ações de prevenção à corrupção. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Por tentativa de feminicídio, réu é condenado a 14 anos em regime fechado. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Minas Gerais



MPMG obtém a condenação de nove pessoas por tráfico de drogas e associação para o tráfico em Guapé. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Paraná



Entenda o que são os crimes de injúria racial e racismo. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Paraíba



Combate à corrupção e ao crime, saúde, educação e infância são prioridades do MPPB entre 2022 e 2029. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Pará



CAO de Políticas Criminas debate a instalação de câmeras nos uniformes e viaturas da polícia militar do Pará. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Pernambuco



MPPE participa pela primeira vez dos Cursos de Formação da SDS com palestras sobre controle externo. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Piauí



MPPI lança cartilha sobre a rede de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual em Picos. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte



MPRR assina termo de adesão com MPAC para uso de ferramentas para monitoramento de feminicídio. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul



Alvorada: MPRS denuncia dois homens por lesão corporal seguid de morte cometida em frente a açougue. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro



MPRJ e Polícias Civil e Militar cumprem mandados de prisão e de busca e apreensão contra traficantes de drogas no Município de Itaocara. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Rondônia



MPRO participa de eventos sobre método APAC em Minas Gerais. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Roraima



Alto Alegre: Homem é condenado pelo Tribunal do Júri a 24 anos de reclusão pelo feminicídio da ex-companheira. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Santa Catarina



Comitiva do GNCCRIM conhece e discute práticas de acordo de não persecução penal do MPSC. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Sergipe



Membros e servidores do MPSE participam de workshop presencial sobre investigação digital em fontes abertas. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de São Paulo



Denunciados após operação em Caraguatatuba são condenados por organização criminosa. [Clique aqui](#)





Atuação dos Tribunais de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso



Estão abertas inscrições para webinar que discutirá racismo no Sistema de Justiça. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Réu é condenado por roubos e latrocínio em condomínio residencial de Mairiporã. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios



Chega ao fim primeiro dia de julgamento de acusados de matar transexual [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



Miliciano de Cardoso Moreira é condenado a 23 anos e oito meses de reclusão por homicídio. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



TJMG reforça campanha contra importunação sexual no estádio. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas



Acusado de matar ex-companheira em Porto Calvo é condenado a 12 anos de prisão. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo



Tribunal de Justiça do Espírito Santo expande audiência de custódia para 08 comarcas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina



Homem que assassinou ex-esposa com cinco tiros é condenado a 18 anos de prisão. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Pará



TJPA debate medida de segurança. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



Acusado de enviar drogas pelos Correios é condenado a mais de 11 anos pelo Judiciário de Rondônia. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



Mantida condenação de homem que efetuou disparo em lugar habitado. [Clique aqui](#)





Informativos

STF

INFORMATIVO 1036/2021

DIREITO PENAL

Imprescritibilidade do crime de injúria racial - HC 154248/DF

O crime de injúria racial, espécie do gênero racismo, é imprescritível. A prática de injúria racial, prevista no art. 140, § 3º, do Código Penal (CP) (1), traz em seu bojo o emprego de elementos associados aos que se definem como raça, cor, etnia, religião ou origem para se ofender ou insultar alguém.

- **HC 154248/DF, Relator Min. Edson Fachin**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**





Informativos

STF

INFORMATIVO 1036/2021

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Manifesta e grave ilegalidade na ausência de realização de audiência de custódia - HC 202579 AgR/ES e HC 202700 AgR/SP

A superveniência da realização da audiência de instrução e julgamento não torna superada a alegação de ausência de audiência de custódia. A audiência de custódia tem finalidades sistêmicas totalmente distintas daquelas desempenhadas pela audiência de instrução e julgamento.

- **HC 202579/AgR/ES, Relator Min. Nunes Marques**
- **HC 202700/AgR/SP, Relator Min. Nunes Marques**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

STJ

INFORMATIVO 716/2021



DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Competência para processar e julgar desvio de valores do auxílio emergencial

Não compete à Justiça Federal processar e julgar o desvio de valores do auxílio emergencial pagos durante a pandemia da covid-19, por meio de violação do sistema de segurança de instituição privada, sem que haja fraude direcionada à instituição financeira federal.

O núcleo da controvérsia consiste em definir o Juízo competente no âmbito de inquérito policial instaurado para investigar conduta de desvio de valores relativos ao auxílio emergencial pago durante a pandemia do Covid-19.

No caso concreto não se identificou ofensa direta à Caixa Econômica Federal - CEF ou à União, uma vez que não houve qualquer notícia de que a beneficiária tenha empregado fraude. Em outras palavras, houve ingresso lícito no programa referente ao auxílio emergencial e transferência lícita da conta da Caixa Econômica Federal para a conta do Mercado Pago, ambas de titularidade da beneficiária do auxílio.

- **CC 182.940-SP, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção.**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**

STJ

INFORMATIVO 715/2021

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Manutenção do monitoramento eletrônico do apenado

A manutenção do monitoramento eletrônico ao apenado agraciado com a progressão ao regime aberto não implica constrangimento ilegal, pois atende aos parâmetros referenciados na Súmula Vinculante 56.

Cinge-se a controvérsia acerca da possível ocorrência de constrangimento ilegal devido à manutenção do monitoramento eletrônico ao apenado agraciado com a progressão ao regime aberto.

Entretanto, não há falar em ofensa ao sistema progressivo, pois a observância desse princípio se dá mediante a análise das condições às quais o apenado estaria submetido caso cumprisse a pena em estabelecimento prisional adequado, sendo certo que a prisão domiciliar monitorada não se afigura mais penosa do que aquela que o Executado vivenciaria no cumprimento da pena em regime aberto.

- **HC 691.963-RS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior- Sexta Turma.**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**



Artigos e Publicações



**Caso Angra dos Reis e a exposição da
legítima defesa policial**

Autor: Thiago de Miranda Coutinho

As discussões quanto à possibilidade, ou não, de um policial agir em legítima defesa ganharam importantes capítulos no âmbito do estudo pragmático do direito penal brasileiro, mormente às provocações acadêmicas acerca do não cabimento da excludente de ilicitude (refutadas e desnudas em ações reais).

Recentemente, um dos maiores advogados criminalistas do país, doutor em direito e professor da USP se posicionou afirmando que “Policial não age em legítima defesa”. Segundo a vertente adotada, o Estado usaria da violência apenas em estrito cumprimento do dever legal.

Contudo, não se pode prescindir da ousadia de discordar desta posição pois – perante este rico e vasto tema –, estudos e debates aprofundados são cada vez mais necessários para o engrandecimento da cultura jurídica brasileira. Afinal, eis a beleza da dialética.

Inclusive, tal dissonância com os pensamentos descritos afloram-se em casos reais.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Artigos e Publicações



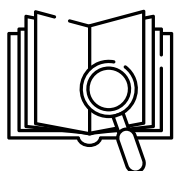
Caso Alec Baldwin: como seria a responsabilização criminal no Brasil?

Autora: Lilian Assumpção Santos

Dominou os noticiários do mundo a tragédia ocorrida no set de gravações do filme Rust, nos Estados Unidos. O ator Alec Baldwin efetuou um disparo com uma arma cenográfica, causando a morte da diretora de fotografia Halyna Hutchins e ferimento do diretor Joel Souza. Para avaliar qual poderia ser a responsabilidade criminal das pessoas envolvidas, à luz da legislação penal brasileira, importante, primeiro, estabelecer-se a hipótese fática. Considere-se terem os fatos ocorrido da forma como noticiado até o momento, sem aventar para eventuais novos indícios que possam advir das investigações.

Conforme narram as reportagens mais recentes, Baldwin acreditava que a arma cenográfica que recebeu estava carregada com balas de festim, que são cartuchos vazios, sem poder letal. No entanto, a munição era verdadeira. Testemunhas ouvidas pela polícia local afirmaram que o ator foi avisado por Dave Halls, assistente de direção, que a arma estava pronta para filmagem, pouco antes do disparo.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Publicação



A atribuição do Ministério Público de promover o controle externo da atividade policial ainda é tema relevante, atual e que demanda reflexões. Como decorrência do desenho estabelecido constitucionalmente para a persecução penal e o sistema de justiça criminal, com especial ênfase à independência do Ministério Público em face dos demais Poderes (em especial, o Executivo, onde se situam as Polícias), o controle externo da atividade policial atribuído ao Ministério Público presta-se como missão de responsabilização em casos de eventuais abusos e de indução de práticas e iniciativas que materializem uma política criminal de Estado compromissada com os direitos humanos. A atenção aos direitos humanos, vale sempre rememorar, dirige-se tanto aos cidadãos que sofrem eventuais ações criminosas e de risco quanto àqueles que sofrem a ação persecutória do Estado

- [Tenha acesso a cartilha clicando aqui](#)





Publicação



O Supremo Tribunal Federal (STF) disponibiliza, no seu portal, a coletânea Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática sobre o tema Colaboração Premiada. O objetivo é divulgar a doutrina existente nas bibliotecas cooperantes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e a legislação sobre o assunto.

A publicação, elaborada pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE) do Supremo, reúne uma compilação bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, em âmbito nacional e internacional, para auxiliar os atores do sistema de justiça na compreensão das regras constitucionais, processuais e regimentais relacionadas ao tema.

- [Tenha acesso a coletânea clicando aqui](#)





Publicação

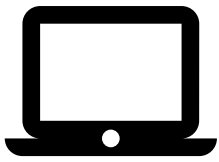


A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas (CGMP) disponibilizou, em sua página institucional, o “Manual de Atuação para Membros do Ministério Público em Crimes Violentos Letais Intencionais”.

O Manual tem o objetivo de indicar as medidas indispensáveis antes, durante e depois da propositura das ações penais relativas a CVLI, detalhando-as em um único documento. De acordo com a Apresentação da publicação, a intenção do manual é ser prático e eficiente na compilação das providências a serem usualmente adotadas pelos membros do MP. “Destacam-se as intervenções que podem mudar o curso das investigações e um checklist que visa a facilitar o trabalho do membro e de sua equipe”, diz o texto.

- [Tenha acesso a coletânea clicando aqui](#)





Cursos e Eventos

Webinar: Crimes contra o Estado democrático de direito e a Lei nº 14.197/2021



→ Dia 09/11/2021 no canal oficial do Ministério Público do Pará (MPPA) no YouTube, foi palco para o debate sobre o tema "crimes contra o estado democrático de direito e o que consta na Lei nº 14.197/2021", realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAO Políticas Criminais) e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA (CEAF).

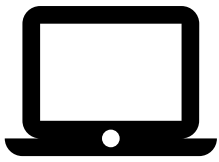
Webinário tratará sobre as Inconsistências das Movimentações no Processo Criminal

- Tenha acesso ao evento clicando aqui

A iniciativa surgiu da parceria entre a vice-Presidência do TJPB, Comissão de Gestão das Metas do CNJ e a Corregedoria-Geral de Justiça e tem por objetivo orientar juízes, servidores e assessores a corrigirem as inconsistências geradas pelas respectivas unidades e corretamente realizarem algumas operações comuns no Pje, para prevenir a geração de inconsistências futuras, de modo que as estatísticas reflitam a real produtividade executada.



- Tenha acesso ao webinário clicando aqui



Cursos e Eventos



Webinário: Direito Penal e Saúde Mental: Construindo uma Política Antimanicomial

Foi realizado entre os dias 21 e 23 de setembro de forma virtual, o webinar 'Direito Penal e Saúde Mental - Construindo uma Política Antimanicomial'. Durante a ação pedagógica, foram apresentados painéis, palestras, mesa redonda e apresentação de casos ocorridos.

- [Tenha acesso ao evento clicando aqui](#)

Grupo de Estudos - Direito Probatório

O objetivo desse curso, é a atualização e gerar conhecimento crítico, em especial a partir do pensamento de Michele Taruffo e da Escola de Girona (Jordi Ferrer Beltrán), nas matérias que envolvem epistemologia da prova, teoria do direito probatório e a prática profissional de juízes e promotores de justiça como repeat players em matéria probatória.



- [Tenha acesso as aulas clicando aqui](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

